

NEGOCIAÇÃO 2017

Contradições do ensino privado marcam negociações

A pauta de reivindicações dos professores do ensino privado foi definida na Assembleia regionalizada, realizada de 1º a 11 de março pelo Sinpro/RS. Até o início de abril, foram realizadas quatro reuniões entre o Sinpro/RS e o Sindicato patronal (Sinepe/RS), sem caráter conclusivo em nenhum dos itens das pautas de reivindicações. As negociações têm sido caracterizadas pela intransigência dos representantes das instituições de ensino. No centro das discussões está a reivindicação de 7% de reajuste salarial.

Na educação superior, o Sinepe/RS adotou a postura de resistência, desconsiderando que o reajuste das mensalidades foi em média 120% acima da inflação. A melhoria do piso salarial e a vedação da terceirização da atividade docente já foram discutidas, sem um posicionamento conclusivo por parte da comissão patronal.

Na educação básica, a patronal insiste em condicio-

nar a negociação à ampliação do limite de alunos por turma, previsto na Convenção Coletiva de Trabalho 2015. A aproximação dos valores hora-aula dos professores da educação infantil e dos anos iniciais (1º ao 5º ano) com os anos finais do ensino fundamental também enfrentam a resistência da comissão patronal.

Diante da intransigência do Sinepe/RS, os dirigentes do Sinpro/RS organizaram forte mobilização em frente às maiores instituições de ensino para denunciar à comunidade escolar e à sociedade as contradições do ensino privado. No início de abril, o Sindicato lançou uma campanha publicitária em outdoors na região Metropolitana de Porto Alegre para amplificar essa denúncia.

**Confira na página 2 os dados sobre o crescimento do ensino privado gaúcho e a disparidade entre os reajustes das mensalidades e dos salários dos professores.*

Foto: Grazieli Gotardo/AssCom/Sinpro-RS



Educação Básica

Foto: Valéria Octóia/AssCom/Sinpro-RS



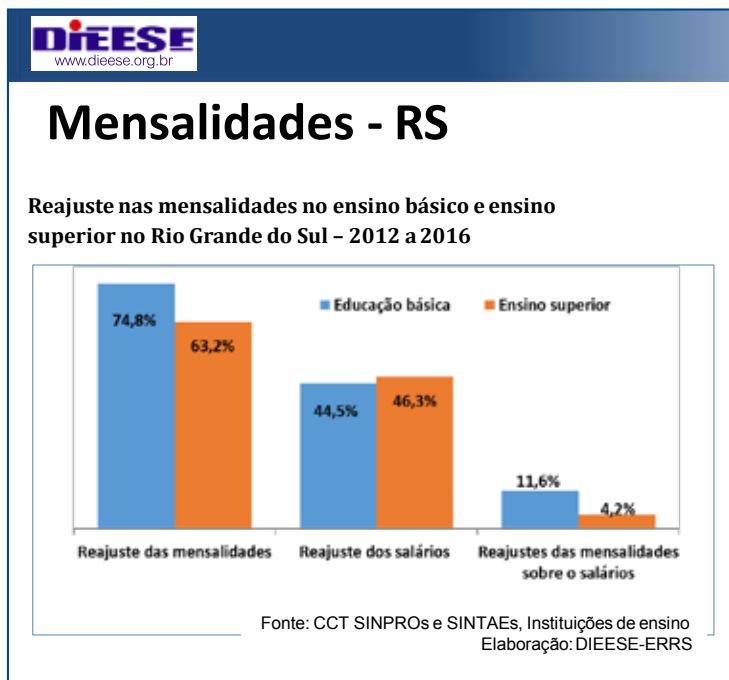
Educação Superior

Mensalidades têm reajuste acima da inflação

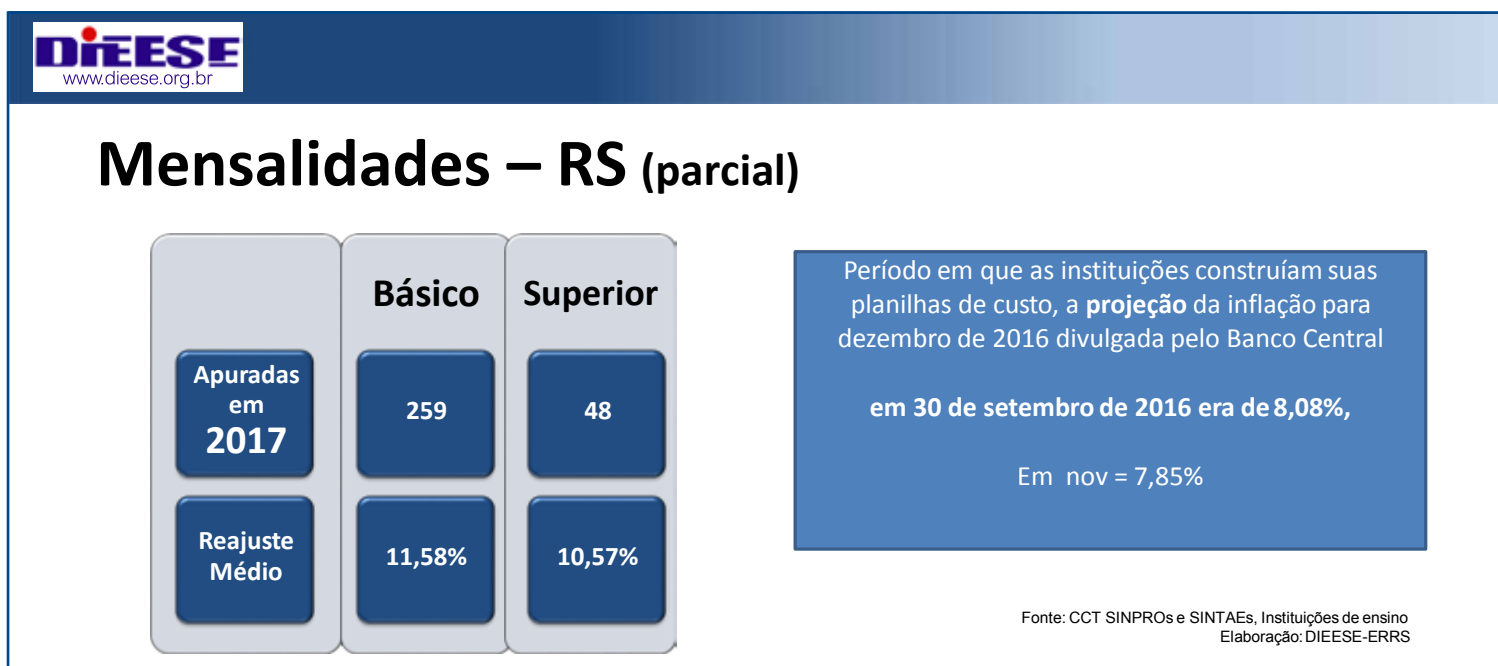
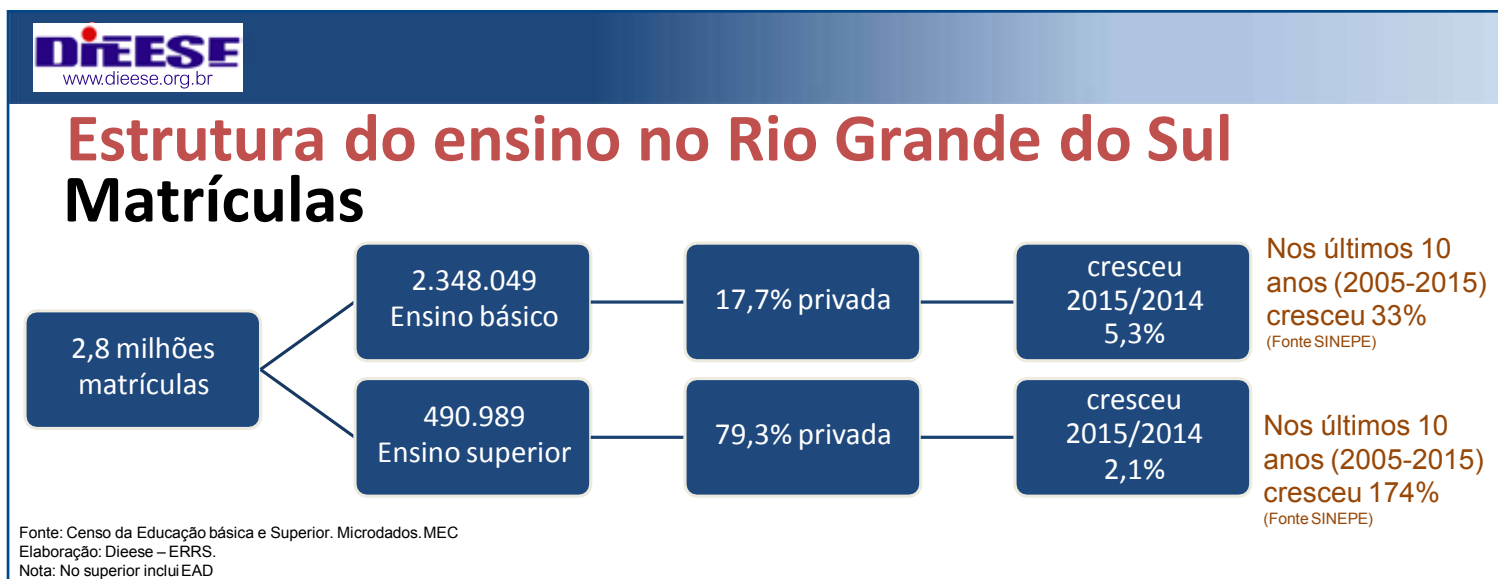
A estrutura do ensino privado no Rio Grande do Sul apresentou expressivo crescimento na última década. As instituições de ensino básico cresceram 33% no período. No ensino superior, o crescimento foi de 174%, de acordo com dados do Sindicato patronal (Sinepe). O que os representantes das instituições de ensino não admitem, no entanto, é que o reajuste das mensalidades bem acima da inflação possa ser revertido para a melhoria salarial dos professores.

O aumento das mensalidades atingiu 74,8% na educação básica e 63,2% na educação superior de 2012 a 2016. Mas o reajuste dos salários no mesmo período foi de 44,5% para os professores da educação básica e de 46,3% para os docentes da educação superior.

A diferença entre os reajustes das mensalidades sobre os salários no período é de 11,6% e 4,2%, respectivamente, de acordo com levantamento do Dieese/RS. Em 2017, as mensalidades foram reajustadas em 11,58% na básica e em 10,57% na superior, portanto, bem acima



dos 8% de inflação projetados pelo Banco Central em novembro de 2016.



Incoerência na definição de reajustes

A coerência nunca foi o forte do ensino privado gaúcho, especialmente no que se refere ao seu padrão de gestão e definição de reajustes.

Reajustar bem o valor das mensalidades, sob a justificativa do reajuste dos professores, e depois desconsiderar o parâmetro na hora da definição dos salários tem sido prática recorrente do setor e sua representação sindical.

Nunca esta contradição, no entanto, foi tão contundente como neste período. O reajuste médio das mensalidades 11,08% na Educação básica e 10,5% na Educação superior foi fixado no final do ano passado com base numa estimativa de inflação de 8%. Agora, na hora da definição dos salários a intenção reiterada tem sido o reajuste tão somente pelo INPC (4,69%).

E é claro, uma argumentação marcadamente subjetiva e apelativa que não convence a ninguém.

Neste padrão, já se realizaram quatro reuniões sem que as informações mais elementares, através da exibição de planilhas de custo de algumas instituições, fossem disponibilizadas.

Beneficiam-se as instituições de ensino da falta de opção das famílias na educação básica e da falta de vagas na educação superior pública.

O Sinpro/RS e os demais sindicatos dos trabalhadores têm apostado na denúncia pública das contradições deste ensino privado e vão continuar, em abril, a mobilização com vistas à melhoria salarial.

Mobilização também é a palavra de ordem para barrar as reformas da Previdência e trabalhista.

O movimento sindical convocou para o final de abril uma nova greve geral. É preciso parar o país para demonstrar ao Congresso Nacional a rejeição às reformas propostas e denunciar os interesses espúrios que elas representam.

O Sinpro/RS, que está nesta luta, convoca todos professores, duramente atingidos pelas propostas de reformas, à aderirem à paralisação em defesa da sua empregabilidade e aposentadoria.

Direção Colegiada

MOBILIZAÇÃO

Professores contra as reformas

A adesão às manifestações, atos, marchas e paralisações contra as reformas da Previdência e trabalhista e em repúdio à terceirização atesta o interesse e a sintonia dos professores com a luta geral dos trabalhadores brasileiros. O Sinpro/RS, que participou da *Marcha das Mulheres*, do *Dia Nacional de Lutas* nos dias 15 e 31 de março, agora convoca a categoria a participar da Greve Geral do dia 28 de abril, organizada pelas centrais sindicais.

Após a aprovação da PEC 241 (Emenda Constitucional 95/16), que congela os investimentos em saúde, educação e dos programas sociais por 20 anos, o governo federal não mede esforços agora para acabar com a aposentadoria, impondo aos trabalhadores 49 anos de contribuição, para a aposentadoria integral, e idade mínima de 65 anos para homens e mulheres.

Essa proposta atinge diretamente os professores, pois acaba com a aposentadoria especial (por tempo reduzido) dos docentes da educação básica, que teriam que continuar em sala de aula até os 65 anos de idade. A proposta do governo desconsidera a jornada desgastante que os professores cumprem. A extensão do tempo para a aquisição do direito de aposentadoria aumentará gravemente o problema da empregabilidade dos professores nas faixas etárias acima dos 50 anos nas escolas privadas.

A reforma trabalhista enviada pelo governo ao Congresso ataca frontalmente os direitos fundamentais dos trabalhadores sob o pretexto de gerar mais empregos, como se a CLT fosse um entrave ao crescimento do país. É preciso lembrar que, com a CLT, o país viveu em 2014 a situação de pleno emprego e geração de renda. Essa tentativa de impor o maior retrocesso aos direitos trabalhistas dos últimos tempos se amplia com a lei das terceirizações, já sancionada pelo governo, e que está sendo amplamente questionada no Judiciário. O próprio Judiciário trabalhista aponta a inconstitucionalidade da terceirização. Ao mesmo tempo, informa que mais da metade das demandas trabalhistas por violação de direitos é oriunda das relações terceirizadas.

Estudo realizado pelo Ministério Público do Trabalho aponta que as mudanças na legislação trabalhista propostas pelo governo federal são inconstitucionais. Afrontam a Constituição Federal e as convenções internacionais firmadas pelo Brasil, geram insegurança jurídica e têm impacto negativo na geração de empregos.

Por tudo isso, não faltam motivos para os professores, juntamente com os demais trabalhadores brasileiros, continuarem sua luta de resistência em defesa do patrimônio de direitos assegurados na Constituição e na legislação trabalhista e previdenciária.

Vamos parar
por um dia,
para seguirmos
ensinando com
dignidade.

Com a Reforma da Previdência, a bancada de apoio ao governo federal quer acertar as contas com os bancos. Agora, satisfazem os empresários com a aprovação da Terceirização e com a Reforma Trabalhista. A intenção é rasgar a CLT. Além de acabarem com a sua aposentadoria, querem terminar com seu emprego.

PRESSÃO NOS DEPUTADOS E SENADORES

A única coisa que sensibiliza um deputado ou senador que apóia o governo é a possibilidade de não se reeleger.

Por isso, é importante acompanhar de perto as manifestações de cada parlamentar da sua região e cobrar o voto contrário a essas reformas.

Para apontarmos a rejeição a essas medidas que atingem em cheio os professores e demais trabalhadores, **vamos parar**.

Dia 28/04 é Greve Geral

Reformas Trabalhista e da Previdência, não!

SINPRO/RS
Sindicato Cidadão